

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 03/06/2025 | Edição: 103 | Seção: 3 | Página: 254

Órgão: Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais/CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 8ª REGIÃO

AVISO DE COLETA DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/2025

O Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região - CRESS/DF torna pública a presente coleta de preços, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Assessoria de Comunicação Institucional e Imprensa, com o objetivo de promover a ampla participação de interessados e garantir o atendimento ao princípio da economicidade, ampliando a competitividade do processo. As empresas interessadas deverão apresentar propostas comerciais no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data desta publicação. As propostas deverão ser enviadas por correspondência eletrônica ao e-mail cress8@cressdf.org.br, contendo obrigatoriamente o nome da empresa, telefones para contato, valor mensal e valor total para o período de 12 (doze) meses. Para acesso ao Termo de Referência, os interessados deverão consultar o Portal da Transparência no site oficial do CRESS/DF, por meio do link: <https://cress-df.ciel-it.com/portal-da-transparencia/6891>

LEONARDO VITOR NINA SANTOS

Coordenador Administrativo-Financeiro

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II e §§ 1º a 4º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

DADOS DO AVISO

DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Até dia 12/05/2025 , às 18h
REFERÊNCIA DE HORÁRIO	Horário de Brasília - DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	cress8@cressdf.org.br

O Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região - CRESS/DF, com sede na SRTVN, quadra 702, Conjunto P, Edifício Rádio Center - Salas 3139/3140, Asa Norte, DF, CEP 70719-900, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.109.561/0001-23, torna público para conhecimento dos interessados a realização **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, nos termos do Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para realização dos serviços de Assessoria de Comunicação Institucional e Imprensa, conforme as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, para atender às necessidades do Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região – CRESS/DF.

ANEXOS DESTE AVISO

Anexo I - Termo de Referência
Anexo II - Estudo Técnico Preliminar

MÁRCIA REGINA PRAXEDES DA SILVA
Agente de Contratação
CRESS-DF

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de serviço de assessoria de comunicação

Brasília, 07 de abril de 2025

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DIRETA

1. Da fundamentação jurídica

- 1.1. O presente termo é feito para dar cumprimento ao que é exigido no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e nos Art. 14 e 15 da Lei Federal 14.133/2021, possuindo a presente contratação fundamentação no art. 75, inciso II, da referida lei federal.

2. Da descrição do objeto

- 2.1. Contratação de empresa especializada para realização dos serviços de Assessoria de Comunicação Institucional e Imprensa.

3. Da justificativa da contratação

- 3.1. O Conselho Regional de Serviço Social- 8ª Região, CRESS-DF, regulamentado pela Lei 8.662 de 7 de junho de 1993, integra o Conjunto CFESS/CRESS, e tem como objetivo básico disciplinar, orientar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em seu âmbito de jurisdição (no Distrito Federal), de acordo com os princípios e normas gerais estabelecidos pelo Encontro Nacional CFESS/CRESS, e nos termos do que dispõe a Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662/1993). Como uma autarquia federal, o CRESS/DF está no âmbito de aplicação da Lei de Comunicação Institucional Administrativos nº 14.133/2021.
- 3.2. No entanto, a instituição, em razão de seu quadro de pessoal reduzido, carece de profissionais especializados em número suficiente para garantir a execução eficiente de seus ações de comunicação.
- 3.3. Nesse contexto, com o objetivo de assegurar a continuidade dos serviços prestados pelo CRESS-DF e em consonância com o princípio da eficácia, torna-se evidente a necessidade da contratação pretendida.

4. Da especificação do objeto

- 4.1. Seguem as especificações e quantidades conforme o quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Assessoria de comunicação , contando com: Assessoria de comunicação institucional e assessoria de imprensa, com foco no fortalecimento da imagem pública do CRESS/DF, na divulgação das ações do Conselho e na promoção da valorização do Serviço Social no Distrito Federal.	Meses	12

	<p>O serviço contratado deverá compreender, entre outras, as seguintes entregas e atividades mensais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e execução de plano de comunicação institucional, com estratégias de relacionamento com a imprensa, produção de conteúdo e gestão de crises; • Produção e revisão de press releases, notas oficiais, artigos, entrevistas, posts para redes sociais e boletins informativos; • Monitoramento e clipping diário das menções ao CRESS/DF na imprensa local, regional e nacional; • Gerenciamento das redes sociais e atualização contínua do site institucional do Conselho; • Organização de eventos de comunicação, como coletivas de imprensa, cobertura de ações institucionais e campanhas de conscientização; • Atendimento direto às demandas da imprensa, agendamento de entrevistas e envio de materiais institucionais; <p>a) Mensuração de resultados das ações de comunicação com base em indicadores de desempenho.</p>		
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

5. Da adjudicação

- 5.1. O julgamento das propostas de preços será pelo critério do **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo declarada vencedora a empresa que apresentar o Menor Preço e que atender a todos os requisitos e exigências contidas neste termo de referência.
- 5.2. O prazo para recebimento das propostas é de **03 (três) dias úteis**, conforme Art. 75 §3º da Lei 14.33/2021.
- 5.3. As propostas deverão ser encaminhadas para o endereço eletrônico: <cress8@cressdf.org.br>

6. Da habilitação

- 6.1. Deverão ser apresentadas as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como as certidões negativas de débitos, conforme o art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.2. **A regularidade fiscal e trabalhista deve ser comprovada por:**
 - 6.2.1. Prova de inscrição no CNPJ do Ministério da Economia/Fazenda, destacando atividade econômica compatível com o objeto deste procedimento;
 - 6.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, por meio de certidão expedida, conjuntamente, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-

Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à dívida ativa da União por elas administrados;

6.2.3. Certificado de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando o cumprimento do encargo social legalmente instituído;

6.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de certidão negativa de débitos ou positiva com efeito de negativa.

6.3. A habilitação jurídica deve ser comprovada por:

6.3.1. Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social vigente, inclusive com as alterações posteriores, devidamente registrado no órgão competente;

6.3.2. Cópia autenticada do documento de nomeação do dirigente, em se tratando de sociedade empresária, ou da ata da assembleia da última eleição da diretoria, em se tratando de sociedade por ações, conforme o caso;

6.3.3. Cópia autenticada da cédula de identidade, expedida pelo órgão competente, e do cadastro de pessoa física (CPF), expedido pelo Ministério da Fazenda, do dirigente e sócios, quando se tratar de sociedade empresária, ou do representante legal, diretor ou presidente, quando se tratar de sociedade por ações;

6.3.4. Ato de outorga de poderes ao representante legal para praticar todos os atos necessários, em nome da requerente, no processo de contratação administrativa, bem como para o exercício de direitos e assunção de obrigações decorrentes do referido contrato;

6.3.5. Decreto de autorização do órgão competente, quando se tratar de sociedade estrangeira para funcionamento no país.

6.4. A habilitação técnica deve ser comprovada por:

6.4.1. Comprovação da capacidade TÉCNICO-OPERACIONAL da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades (12 meses) e prazos, com o objeto desta licitação, a ser feita por intermédio de atestados ou certidões fornecida (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público, em que figurem o nome da empresa concorrente na condição de "CONTRATADA".

7. Dos requisitos da contratação

7.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

7.1.1. Os critérios de sustentabilidade, previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada como requisito previsto no art. 11, Inciso IV da Lei 14.133/2021;

7.1.2. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia.

7.2. Da execução do objeto:

7.2.1. Quanto à natureza dos serviços, se darão de forma continuada, pelo período de 12 (doze) meses;

- 7.2.2. Os serviços realizados deverão ser realizados em conformidade com a Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- 7.2.3. Não será exigida apresentação de amostra;
- 7.2.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;
- 7.2.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21;
- 7.2.6. Os fornecedores deverão apresentar todos os documentos a título de habilitação, especificados posteriormente no Termo de Referência, nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

8. Das Obrigações da contratada e da contratante

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

- 8.1.1. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.1.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato e ainda para recebimento das notificações referentes a esta contratação, com indicação de e-mail e telefone;
- 8.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme o art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.1.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 8.1.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 8.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.1.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.1.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

- 8.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.12. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- 8.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.2.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.2.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.2.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura fornecida pela Contratada;
- 8.2.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.2.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. Da Dotação Orçamentária

- 9.1. As despesas da presente contratação correrão por recursos próprios do Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região (CRESS/DF), sob as rubricas: **6.2.2.1.1.01.04.04.002 - Serviço de Assessoria e Consultoria.**

10. Das condições e prazos de pagamento

- 10.1. O pagamento à contratada será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, devidamente atestada pelo representante do CONTRATANTE.

- 10.2. Para ter seu pagamento realizado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá manter e apresentar todas as certidões negativas de débito.
- 10.3. O pagamento será efetuado via boleto bancário emitido pela Contratada até o trigésimo dia, após a realização dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura indicando as quantidades, valores unitários e totais, devidamente atestada pelo(a) fiscal de contrato do CRESS-DF.
- 10.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado competente da CONTRATANTE, na nota fiscal apresentada.
- 10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

11. Dos prazos de vigência e execução do contrato

- 11.1. A Prestação de Serviço será formalizada em Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre este o CRESS/DF e a empresa considerada vencedora.
- 11.2. O prazo de vigência será de 12(doze) meses, contados a partir da data de Publicação, em Diário Oficial, do termo de ratificação/extrato do contrato.
- 11.3. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma imediata após o recebimento da Ordem de Serviço.
- 11.4. Se a empresa vencedora se recusar injustificadamente a executar o objeto no prazo estabelecido, será convocada outra empresa, observada a ordem de classificação, sujeitando-se a empresa desistente às penalidades previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis.
- 11.5. A aceitação dos serviços executados não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto contratado nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 11.6. Os serviços serão executados ao CRESS/DF online e caso necessário no endereço: SRTVN, quadra 702, Conjunto P, Edifício Rádio Center - Salas 3139/3140, SRTVN bloco B Asa Norte, DF, 70719-900. Horário de recebimento de 13h às 19h.

12. Da renovação do contrato

- 12.1. A renovação do contrato poderá ocorrer conforme as hipóteses previstas no Art. 106 da Lei 14.133/2021.

13. Da extinção do contrato

- 13.1. A extinção do contrato poderá ocorrer conforme as hipóteses previstas no Art. 138 da Lei 14.133/2021:
 - 13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de

- descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 13.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- 13.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.2. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

14. Da anticorrupção

14.1. Na execução do presente contrato é vedado às partes e seus vinculados:

- 14.1.1. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- 14.1.2. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar pretendida contratação;
- 14.1.3. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações da pretendida contratação, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- 14.1.4. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro da pretendida contratação;
- 14.1.5. De qualquer maneira fraudar o contrato do procedimento em tela, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013;
- 14.1.6. Em decorrência da presente contratação, sob qualquer hipótese ou em qualquer situação, não se presumirá a eventual existência ou se estabelecerá a presunção de qualquer vínculo societário e/ou empregatício, ou obrigações de caráter trabalhista e previdenciário entre as partes, por si, seus contratados, prepostos e ou empregados. E não serão fiadoras das obrigações e encargos trabalhistas e sociais uma da outra, cabendo a cada sociedade a exclusividade e responsabilidade por tais obrigações, inclusive nas esferas civil e penal.

15. Das penalidades

15.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato, garantida a defesa prévia e fundamentada, acarretará a imposição das seguintes penalidades:

- 15.1.1. Advertência por escrito;
- 15.1.2. Multa de até 10% (dez por cento) do valor da contratação;
- 15.1.3. Impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 03

- (três) anos;
- 15.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, estendendo-se pelo período mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

16. Das disposições gerais

- 16.1. Qualquer pedido de esclarecimento sobre o Termo de referência deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico <cpc@cressdf.org.br>.

Brasília-DF, 07 de abril de 2025.

Marcia Regina Praxedes da Silva
Agente de Contratação

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Brasília, abril de 2025

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
04/12/2024	1.0	Primeira versão	Leonardo Vltor

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento do que consta no Documento de Formalização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Referência: § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 5º da IN 40/2020.

DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

Fundamentação: Descrição da necessidade da compra/contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. **(item obrigatório)**

Referência: Inciso I, § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do art. 7º da IN 40/2020.

1.1. O Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região – CRESS/DF é uma autarquia federal responsável por orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício profissional dos(as) assistentes sociais, bem como zelar pela observância dos princípios éticos e legais da profissão no âmbito do Distrito Federal. Como entidade integrante da administração pública indireta, o CRESS/DF está sujeito às disposições da Lei nº 14.133/2021, que rege as contratações públicas.

1.2. No entanto, a instituição não dispõe em seu quadro de pessoal efetivo de profissionais especializados na área de comunicação social, o que impossibilita a execução adequada de ações estratégicas de comunicação institucional, assessoria de imprensa, produção de conteúdo, atendimento à mídia, gerenciamento de redes sociais, monitoramento da imagem institucional, entre outras atividades técnicas da área.

1.3. A atuação da assessoria de imprensa é fundamental para garantir a transparência da gestão, a aproximação com a sociedade e a valorização da profissão de assistente social, além de ser um instrumento essencial para a divulgação das ações e posicionamentos institucionais do Conselho.

1.4. Diante disso, e visando assegurar a continuidade dos serviços de comunicação, hoje realizados por meio de contrato RPA com profissional autônoma, evidencia-se a necessidade

da contratação de empresa especializada, com equipe técnica qualificada e capacidade de planejamento, produção, gestão e mensuração de resultados em comunicação institucional.

1.5. A contratação também atende aos princípios da eficiência, economicidade e profissionalização da gestão, proporcionando ao CRESS/DF maior segurança jurídica, qualidade técnica, e condições adequadas para a execução das ações previstas no planejamento institucional de comunicação.

PREVISÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão. **(item obrigatório)**

Referência: Inciso II, § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso IX do art. 7º da IN 40/2020.

2.1 Há previsão no Plano Anual de Contratações, pois está em elaboração. Dessa forma, há destinação orçamentária específica para a contratação na rubrica (código da conta contábil) 6.2.2.1.1.01.04.04.002, essa que destinou R\$100.000,00 (cem mil reais) para Serviços de Assessoria e Consultoria (Centro de Custo: 04 - Serviços de Terceiros - PJ).

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos indispensáveis que o objeto deve dispor para atender à demanda.

Referência: Inciso III, §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do art. 7º da IN 40/2020.

3.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

3.1.1. Quanto à sustentabilidade:

a) Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade previstos no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, contemplando, sempre que possível, práticas sustentáveis no desenvolvimento

dos serviços de comunicação institucional, como o uso racional de insumos e o incentivo à digitalização de processos.

b) Os serviços prestados deverão fundamentar-se no uso eficiente dos recursos disponíveis, evitando desperdício de materiais gráficos, energia e água, priorizando a produção e distribuição digital de conteúdos, contribuindo assim com a redução do impacto ambiental.

3.1.2. Da execução do objeto:

a) Os serviços de assessoria de comunicação e imprensa terão natureza continuada, com execução prevista para o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente.

b) Todos os serviços deverão ser realizados em conformidade com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, especialmente no que se refere à coleta, tratamento e divulgação de dados pessoais ou sensíveis.

c) Não será exigida apresentação de amostra, tendo em vista a natureza intelectual e técnica do objeto.

d) Não será admitida subcontratação do objeto contratual, considerando o caráter estratégico e personalizado da assessoria de comunicação para o CRESS/DF.

e) Não haverá exigência de garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se trata de serviço intelectual, sem risco de fornecimento de bens permanentes ou de vulto.

f) Os licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, conforme será especificado no Termo de Referência, em consonância com o art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

Fundamentação: Estimativa das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar a economia de escala. **(item obrigatório)**

Referência: Inciso IV, §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso V do art 7º da IN 40/2020.

4.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas considerou a presente demanda da instituição.

4.2. Com base nessas perspectivas, a estimativa foi realizada conforme o quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	<p>Assessoria de comunicação, contando com: Assessoria de comunicação institucional e assessoria de imprensa, com foco no fortalecimento da imagem pública do CRESS/DF, na divulgação das ações do Conselho e na promoção da valorização do Serviço Social no Distrito Federal.</p> <p>O serviço contratado deverá compreender, entre outras, as seguintes entregas e atividades mensais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e execução de plano de comunicação institucional, com estratégias de relacionamento com a imprensa, produção de conteúdo e gestão de crises; • Produção e revisão de press releases, notas oficiais, artigos, entrevistas, posts para redes sociais e boletins informativos; • Monitoramento e clipping diário das menções ao CRESS/DF na imprensa local, regional e nacional; • Gerenciamento das redes sociais e atualização contínua do site institucional do Conselho; • Organização de eventos de comunicação, como coletivas de imprensa, cobertura de ações institucionais e campanhas de conscientização; • Atendimento direto às demandas da imprensa, agendamento de entrevistas e envio de materiais institucionais; 	Meses	12

	<ul style="list-style-type: none">• Mensuração de resultados das ações de comunicação com base em indicadores de desempenho.		
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

Referência: Inciso V, §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso III do art 7º da IN 40/2020.

5.1. Foram realizadas pesquisas em contratações similares por órgãos da Administração Pública, com a finalidade de identificar metodologias e práticas adotadas que melhor atendam às necessidades do CRESS/DF. No âmbito dessa análise, foram encontradas as seguintes soluções:

5.1.1. Capacitação e designação de funcionário do quadro atual para realização dos serviços: Esta alternativa mostrou-se inviável, considerando que o CRESS/DF não dispõe de servidores com a qualificação necessária na área de comunicação social, o que comprometeria a eficácia das ações de comunicação institucional.

5.1.2. Contratação de empresa especializada para realização dos serviços: Esta opção revelou-se a mais adequada, permitindo que o CRESS/DF conte com profissionais qualificados e experientes na área de comunicação, assegurando a implementação eficaz das estratégias de comunicação institucional.

5.2. Para subsidiar a decisão pela contratação de empresa especializada, foram identificadas contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, conforme exemplos a seguir:

Prefeitura Municipal de Uruaçu/GO: realizou a Dispensa de Licitação nº 3/2025, contratando a empresa Ana Clara Oliveira de Souza Lima, CNPJ 49.132.782/0001-01, para prestação de serviços de assessoria de comunicação, no valor mensal de R\$ 6.000,00.

Câmara Municipal de Serra Caiada/RN: efetuou a Contratação Direta nº 07/2025, contratando o profissional Rodrigo dos Santos Loureiro, CNPJ 27.032.699/0001-28, para serviços de assessoria de comunicação, com valor mensal de R\$ 5.000,00.

Município de Campos Sales/CE: por meio da Dispensa nº 010901/2025, contratou a empresa Alvo Comunicação e Marketing Ltda, CNPJ 58.610.259/0001-34, para prestação de serviços de assessoria de comunicação, no valor mensal de R\$ 4.600,00.

5.3. Além disso, identificou-se o Aviso de Contratação Direta – Dispensa nº 002/2025 da Câmara Municipal de Juvenília/MG, publicado em 21 de março de 2025, referente à contratação de serviços de assessoria de comunicação.

5.4. Esses exemplos demonstram a prática comum na Administração Pública de contratar empresas especializadas para serviços de assessoria de comunicação, com valores que variam conforme a região e a especificidade dos serviços contratados.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação. **(item obrigatório)**

Referência: Inciso VI, do §1º, do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso VI, do art. 7º da IN 40/2020.

6.1. O método adotado para a estimativa do valor da contratação foi a pesquisa de preços praticados em contratações diretas e dispensas de licitação por órgãos públicos em contextos semelhantes, com a finalidade de obter referência de mercado para a prestação dos serviços de assessoria de comunicação. As informações foram obtidas por meio de consultas a diários oficiais, portais de transparência e sítios eletrônicos de órgãos públicos.

6.2. Dentre os exemplos utilizados para a formação da base de preços, destacam-se:

Prefeitura Municipal de Uruaçu/GO – Dispensa nº 3/2025: contratação da empresa Ana Clara Oliveira de Souza Lima pelo valor mensal de R\$ 6.000,00;

Câmara Municipal de Serra Caiada/RN – Contratação Direta nº 07/2025: contratação do profissional Rodrigo dos Santos Loureiro pelo valor mensal de R\$ 5.000,00;

Município de Campos Sales/CE – Dispensa nº 010901/2025: contratação da empresa Alvo Comunicação e Marketing Ltda pelo valor mensal de R\$ 4.600,00.

6.3. A média dos valores apurados é de R\$ 5.200,00 mensais, resultando em uma estimativa global de R\$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais) para um período de 12 (doze) meses de prestação dos serviços.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. **(item obrigatório)**

Referência: Inciso VII, §1º, do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso VI do art 7º da IN 40/2020.

7.1. A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoria de comunicação institucional e assessoria de imprensa, com execução mensal e continuada, contemplando atividades como: elaboração de plano de comunicação, produção de conteúdos, gerenciamento de redes sociais, relacionamento com a mídia, organização de eventos e análise de resultados, conforme detalhado neste Estudo Técnico Preliminar.

7.2. Considerando que os serviços têm caráter contínuo e estratégico para a visibilidade e transparência das ações do CRESS/DF, vislumbra-se a necessidade de formalização de instrumento contratual, com vigência inicial de 12 (doze) meses, visando garantir a regularidade do vínculo e a segurança jurídica na execução das atividades de comunicação.

7.3. Trata-se de serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XXVII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possui ampla oferta no mercado, com escopo definido e padrões técnicos reconhecidos, como demonstrado em contratações similares realizadas por órgãos da Administração Pública, a exemplo da Prefeitura de Uruaçu/GO, Câmara Municipal de Serra Caiada/RN e Município de Campos Sales/CE, cujos serviços contratados apresentam natureza, objetivos e complexidade compatíveis.

7.4. O início da execução contratual está previsto para ocorrer imediatamente após a assinatura do contrato e a emissão da respectiva ordem de serviço, considerando a necessidade de continuidade da estratégia de comunicação institucional do Conselho, inclusive em substituição à prestação atual feita via contrato por Recibo de Pagamento Autônomo (RPA).

7.5. As condições de julgamento das propostas e os critérios de qualificação técnica serão devidamente estabelecidos no Termo de Referência que instruirá o procedimento de contratação, observando os princípios da seleção da proposta mais vantajosa, isonomia entre os licitantes, e compatibilidade com as exigências técnicas contidas neste Estudo Técnico Preliminar.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QNTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<p>Assessoria de comunicação, contando com:</p> <p>Assessoria de comunicação institucional e assessoria de imprensa, com foco no fortalecimento da imagem pública do CRESS/DF, na divulgação das ações do Conselho e na promoção da valorização do Serviço Social no Distrito Federal.</p> <p>O serviço contratado deverá compreender, entre outras, as seguintes entregas e atividades mensais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e execução de plano de comunicação institucional, com estratégias de relacionamento com a imprensa, produção de conteúdo e gestão de crises; • Produção e revisão de press releases, notas oficiais, artigos, 	Meses	12	R\$ 5.200,00	R\$ 62.400,00

	<p>entrevistas, posts para redes sociais e boletins informativos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento e clipping diário das menções ao CRESS/DF na imprensa local, regional e nacional; • Gerenciamento das redes sociais e atualização contínua do site institucional do Conselho; • Organização de eventos de comunicação, como coletivas de imprensa, cobertura de ações institucionais e campanhas de conscientização; • Atendimento direto às demandas da imprensa, agendamento de entrevistas e envio de materiais institucionais; • Mensuração de resultados das ações de comunicação com base em indicadores de desempenho. 				
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES PROPOSTAS

8.1. A análise comparativa entre as alternativas possíveis para a prestação dos serviços de assessoria de comunicação institucional e de imprensa considera critérios como viabilidade técnica, custo, tempo de implementação e alinhamento com os objetivos estratégicos do CRESS/DF. segue conforme as tabelas abaixo:

Solução 01: Capacitação e disponibilização de funcionário, do quadro atual, para realização dos serviços.

<p>Vantagens:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Elimina a necessidade inicial de procedimento de contratação. 2. Pode gerar economia orçamentária inicial. 3. 	<p>Desvantagens:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O CRESS/DF não dispõe em seu quadro de pessoal efetivo de profissional com formação e experiência na área de comunicação social. 2. Seria necessário investimento significativo em capacitação, sem garantia de que o servidor atingiria o nível técnico necessário para executar as funções com a qualidade exigida. 3. Compromete a celeridade e continuidade das ações de comunicação, podendo gerar lacunas na presença institucional do Conselho nos meios digitais e tradicionais. 4. Demandaria tempo elevado para formação e adaptação, prejudicando o desempenho institucional no curto prazo.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Análise final: A solução proposta não atende às necessidades do CRESS/DF.

Solução 02: Contratação de empresa especializada para realização dos serviços.

<p>Vantagens:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Garante imediata continuidade das ações de comunicação institucional. 2. A empresa contratada contará com equipe multidisciplinar qualificada, incluindo jornalistas, designers, redatores, social media e analistas de imprensa. 3. 4. Eficiência técnica e alinhamento com boas práticas de comunicação pública. 5. Possibilidade de mensuração de resultados, planejamento estratégico e gestão de crises. 6. Conformidade com experiências similares realizadas por outros entes da Administração 	<p>Desvantagens:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Seria necessária a realização de um processo de contratação e a disponibilidade de recursos financeiros, de forma mensal, ao pagamento da empresa contratada.
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Pública

Análise final: A solução proposta atende às necessidades do CRESS/DF.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável. **(item obrigatório)**

Referência: Inciso VIII, §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso VII do art 7º da IN 40/2020.

9.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, os procedimentos de contratação pública devem observar o princípio do parcelamento, sempre que este for tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração. O §1º do mesmo artigo estabelece que, para a aplicação deste princípio, devem ser considerados fatores como: a responsabilidade técnica, os custos decorrentes da celebração e gestão de múltiplos contratos e a busca pela ampliação da competitividade e a prevenção da concentração de mercado.

9.2. Contudo, no caso em análise, o princípio do parcelamento não se aplica, tendo em vista que a contratação visa à prestação de serviço de assessoria de comunicação com escopo único, integrado e contínuo, que exige coesão estratégica, linguagem institucional unificada e gestão técnica centralizada. Trata-se de um serviço com natureza indivisível, cuja divisão comprometeria a efetividade dos resultados esperados e a coerência da comunicação institucional do CRESS/DF.

9.3. Dividir o objeto em partes isoladas (ex: redes sociais, clipping, imprensa, produção textual, design gráfico, etc.) implicaria em risco de fragmentação da estratégia de comunicação, dificultando a gestão contratual e prejudicando a uniformidade da imagem institucional do Conselho.

9.4. Dessa forma, justifica-se a contratação em lote único, com base na natureza do objeto e na necessidade de garantir a integração e a consistência das ações de comunicação, assegurando o atendimento pleno aos objetivos institucionais e a eficiência na execução contratual.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de

melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Referência: Inciso IX, §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso X do art 7º da IN 40/2020.

10.1. A solução descrita neste estudo visa à estruturação e consolidação da comunicação institucional do CRESS/DF, promovendo visibilidade das ações do Conselho, fortalecimento da imagem pública da entidade e valorização da profissão de assistente social perante a sociedade.

10.2. Com a contratação de assessoria especializada, espera-se alcançar os seguintes resultados:

Ampliação da presença institucional do CRESS/DF na mídia e nas redes sociais, com conteúdo estratégico, informativo e engajador;

Aprimoramento da comunicação com a categoria profissional, fortalecendo o vínculo do Conselho com os/as assistentes sociais;

Melhoria na transparência institucional, por meio da produção de conteúdos que apresentem as ações do Conselho de forma acessível e compreensível;

Agilidade no atendimento à imprensa e no gerenciamento de crises de imagem, garantindo respostas estratégicas e bem fundamentadas;

Criação de materiais institucionais e campanhas de comunicação que consolidem a identidade visual e a linguagem institucional do CRESS/DF;

Monitoramento e avaliação contínua dos resultados de comunicação, com base em indicadores de desempenho, alcance e engajamento.

10.3. A contratação também contribuirá para a padronização da comunicação institucional, a valorização da marca do Conselho e o cumprimento de seu papel social enquanto órgão fiscalizador e defensor dos direitos da categoria e da sociedade

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e

gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

Referência: Inciso X, § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso XI do art. 7º da IN 40/2020.

11.1. Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas por este Conselho Regional previamente à celebração da contratação, nem quanto à capacitação de servidores ou empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação da estrutura física.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes.

Referência: Inciso XI, § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso VIII do art. 7º da IN 40/2020.

12.1. Não se verifica correlação direta do objeto com outras contratações pretendidas pela instituição

IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

Referência: Inciso XII, § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso XII do art. 7º da IN 40/2020.

13.1. Embora os serviços possuam natureza digital, vislumbra-se a possibilidade de ocorrência do uso irracional de recursos, podendo ocasionar em desperdício de materiais e insumos, como papel e outros.

13.2. No entanto, através do previsto nos requisitos da contratação, no subitem 5.1.1, item b, que versa sobre os critérios de sustentabilidade e a utilização racional de recursos e equipamentos, o CRESS/DF visa mitigar os possíveis impactos ambientais negativos e seus efeitos.

VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o

atendimento da necessidade a que se destina. **(item obrigatório)**

Referência: Inciso XIII, § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso XIII do art. 7º da IN 40/2020

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que a solução proposta para contratação é **adequada** ao atendimento da necessidade a que se destina, caracterizando o interesse público do Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região - CRESS/DF.

Brasília-DF, na data de sua assinatura.

LEONARDO VITOR NINA SANTOS

Coordenador Administrativo

CRESS/DF - 8ª Região